

# economia

## RS recebe R\$ 1,28 bi para ações de retomada

Abertura dos créditos consta em duas Medidas Provisórias publicadas nesta quinta-feira no Diário Oficial da União

### /CLIMA

O governo federal autorizou a abertura de novos créditos extraordinários no valor total de mais de R\$ 1,28 bilhão para as ações de recuperação do Rio Grande do Sul, após as enchentes que atingiram o estado. A abertura dos créditos consta de duas Medidas Provisórias (MPs) publicadas nesta quinta-feira, no Diário Oficial da União. A primeira, a MP 1.244/24, abre crédito no valor de R\$ 1.253.601.800,00 e a segunda, a MP 1.243/24, no valor de R\$ 27.163.242. O crédito extraordinário não impacta os resultados fiscais previstos na LDO 2024, em função do reconhecimento do estado de calamidade pública.

Segundo a Casa Civil, uma das principais justificativas para a autorização do novo crédito extraordinário é assegurar as inte-

gralizações de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para a cobertura das operações contratadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), cujas condições para a concessão dos empréstimos foram divulgadas no início de maio.

“Pelo Pronaf, a agricultura familiar no RS conta com descontos de 30% sobre o valor financiado, limitado a R\$ 25 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R\$ 20 mil em municípios em situação de emergência. Para agricultores de médio porte, o Pronamp está oferecendo descontos de 25% sobre o valor financiado, limitado a R\$ 50 mil por beneficiário em municípios em estado de calamidade pública e R\$ 40 mil em municípios em situação de emergên-

cia”, informou a Casa Civil.

De acordo com a pasta, os valores também serão direcionados para outras ações, como o diagnóstico situacional de estradas e barragens, com levantamento em campo e elaboração de projeto básico; no levantamento das perdas e danos nas habitações; no diagnóstico das perdas em territórios quilombolas rurais; para apoiar na reconstrução das regiões e das comunidades afetadas; assegurar a realização de novas medidas de proteção e defesa civil; nas despesas decorrentes do adiamento da realização das provas do Concurso Público Nacional Unificado; no plano de ação de recuperação dos acervos do Arquivo Nacional atingidos pelas inundações; e em reparos e substituições de equipamentos e instalações do edifício do Banco Central em Porto Alegre.

Além dessas ações, há tam-



TÂNIA MEINERZ/JC

Recursos serão direcionados para o agronegócio e a infraestrutura

bém a autorização de aplicação dos recursos extraordinários para equipamentos, mobiliários e infraestrutura da Justiça do Trabalho e do Ministério Público Federal, da Procuradoria da Justiça Militar de Porto Alegre, além das sedes da Procuradoria

Regional da República da 4ª Região e da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Com a adição do novo valor, são R\$ 94,98 bilhões destinados para apoiar o estado no enfrentamento à grave calamidade decorrente das enchentes.

## Fazenda mantém projeção do PIB e eleva inflação

### /CONJUNTURA

O Ministério da Fazenda manteve a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) para 2024. De acordo com a grade de parâmetros divulgada nesta quinta-feira, pela Secretaria de Política Econômica (SPE), a estimativa para a expansão da atividade este ano continua em 2,5%. Para 2025, a projeção passou de 2,8% para 2,6%. O último boletim macrofiscal da SPE havia sido divulgado em maio de 2024.

Para o PIB do setor agropecuário em 2024, a queda esperada passou a ser de 2,5% em 2024, ante expectativa de queda de 1,4% no boletim de maio. Embora a safra projetada para este ano mantenha em nível historicamente elevado, as últimas estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e os impactos das inundações no Rio Grande do Sul têm sinalizado um cenário menos positivo.

Para o PIB da indústria, a projeção subiu de 2,4% no Boletim de maio para 2,6%. A revisão reflete, principalmente, maiores estimativas para o crescimento da indústria de transformação e da construção, beneficiadas pelas políticas de estímulo ao investimento produtivo, medidas de incentivo à reconstrução do RS e pela expansão dos recursos voltados ao financiamento de moradias populares.

A alta projetada para o setor de

serviços em 2024 passou de 2,7% para 2,8%. Segundo o boletim, atividades ligadas ao consumo das famílias, comércio e outros serviços devem ser destaques, “refletindo o bom desempenho do mercado de trabalho e as condições menos restritivas do crédito, além das medidas de apoio às famílias no RS”.

As projeções da SPE sobre a variação do PIB nos próximos anos foram mantidas ou sofreram pequenas modificações. Em 2026, passou de 2,5% para 2,6%. Para 2027, a projeção de crescimento se manteve em 2,6%. Já em 2028, a projeção continuou em 2,5%.

Já a revisão do PIB em 2025, segundo o boletim, repercute a pausa no corte de juros pelo Banco Central este ano, que se manteve em 10,5%. “Apesar da menor contribuição vinda da política monetária, efeitos de encadeamento derivados de um crescimento inclusivo e guiado pela expansão dos investimentos e da indústria em 2024 devem contribuir positivamente para a atividade em 2025, mitigando em parte os impactos dos juros”, avalia.

Para os anos seguintes, a SPE destaca que o crescimento esperado segue próximo a 2,5%, “podendo inclusive surpreender positivamente como reflexo dos efeitos da reforma tributária e da maior produção e exportação de petróleo sobre a atividade potencial”, diz a nota.

No último relatório Focus, divulgado na última segunda-feira (15), os analistas de mercado consultados pelo Banco Central projetaram uma alta de 2,11% para o PIB de 2024. Para 2025, a estimativa no Focus é de alta de 1,97%. As projeções de mercado para 2026 e 2027 estão em 2%, para os dois anos.

O Ministério da Fazenda revisou a projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 e em 2025. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE), a estimativa neste ano passou de 3,70% para 3,90% - dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para 2024, que é de 3,00%, com variação de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos.

Já para 2025, a projeção de IPCA passou de 3,20% para 3,30%. O último boletim macrofiscal da SPE havia sido divulgado em maio de 2024.

No documento, a SPE argumenta que a revisão da projeção do IPCA para este ano já leva em consideração os impactos do câmbio mais depreciado e da calamidade no Rio Grande do Sul nos preços, além dos reajustes recentes anunciados para os preços da gasolina e GLP. Para a média das cinco principais métricas de núcleo, a previsão foi revisada de 3,40% para 3,70%.

## Governo vai congelar R\$ 15 bi em despesas para cumprir arcabouço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira que haverá bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e contingenciamento de 3,8 bilhões no Orçamento deste ano no relatório bimestral de receitas e despesas, que será publicado na próxima segunda-feira. A declaração ocorreu depois de uma reunião dos ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O governo já havia anunciado para 2025 um corte de R\$ 25,9 bilhões e deixou aberta a possibilidade de antecipar parte da tesourada para este ano. O anúncio sucede dias de turbulência nos mercados diante da desconfiança crescente dos agentes econômicos quanto ao compromisso do governo em cumprir as regras fiscais vigentes.

Nas últimas semanas, Lula adotou, com mais ênfase, discurso de respeitar a responsabilidade fiscal, após desconfiança crescente dos agentes econômicos quanto ao compromisso do governo em cumprir as regras fiscais vigentes. Após um período de volatilidade no mercado, o ministro da Fazenda disse que o presidente determinou a preservação do arcabouço fiscal e anunciou um

corte para 2025 de R\$ 25,9 bilhões em despesas com benefícios sociais, que passarão por um pente-fino.

Esses eram justamente os sinais mais cobrados pelo mercado financeiro diante da ampliação das incertezas fiscais e que foram endereçados por Haddad em sua declaração no Planalto, após dias sem nenhum anúncio concreto. O presidente Lula, na quarta, questionou o custo para o país por atrasos históricos em investimentos sociais. O chefe do executivo vem sendo cobrado pelo mercado para fazer cortes de gastos no Executivo, como forma de minimizar o déficit nas contas públicas.

ROVENA ROSA/AGENCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Ministro participou de reunião da Junta de Execução Orçamentária